



239  
e

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete do Desembargador Alfredo Sérgio Magalhães Jambo*

**TERCEIRA CÂMARA CÍVEL – APELAÇÃO CÍVEL N.º 0241598-5**

**APELANTE: JOSÉ ROBERTO DA SILVA E OUTRO**

**APELADO: BANCO BMG S/A E OUTRO**

**RELATOR: DESEMBARGADOR ALFREDO SÉRGIO MAGALHÃES JAMBO**

**EMENTA: CIVIL. CONSUMIDOR. DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO SEM AUTORIZAÇÃO DO CLIENTE DO BANCO. RESTITUIÇÃO DOS VALORES DESCONTADOS. NÃO HÁ PROVAS DE QUE OS JUROS SÃO EXORBITANTES. INSCRIÇÃO EM CADASTRO DE MAUS PAGADORES. POSSIBILIDADE. APELO PARCIALMENTE PROVIDO.**

1-A referida ação foi proposta visando, em suma: o cancelamento de cartão de crédito; o cancelamento de desconto em folha de pagamento; a declaração de inexistência de saldo devedor do cartão de crédito; a repetição dos valores cobrados indevidamente a título de juros, multa e quaisquer outras cominações legais; a devolução do valor descontado; que o banco demandado se abstenha de proceder qualquer restrição referente a contrato perante o SPC e o SERASA e; condenação do réu em indenização por danos morais.

2-Compulsando os autos, verifica-se que não há prova de existência de um contrato assinado entre as partes, o qual contenha a permissão do autor, ora apelado, para que se proceda ao desconto em folha de vencimentos para pagamento da dívida contraída junto ao banco. Desta forma, necessário se faz a autorização expressa do servidor, mediante firmação de contrato, para que sejam realizados os descontos em folha para o pagamento de suas dívidas. Diante da ausência de autorização expressa do servidor para a realização dos descontos, estes restam ilegais, devendo ser devolvidos com juros e correções.

3-Não pode o cliente agora, sob a justificativa de não ter assinado contrato, eximir-se de adimplir as obrigações que contraiu ao utilizar-se dos serviços que efetivamente recebeu, pois isso seria o mesmo que defender o enriquecimento sem causa (considerado ilícito pelo ordenamento pátrio). Nos autos não há qualquer prova de que o apelante tenha pago ao banco o valor completo das dívidas previstas nas faturas do BMG-card. Apenas foram quitados os valores debitados na folha de pagamento do recorrente.

4-Nesse andar, também não merece prosperar o pedido do apelante para que a parte apelada se abstenha efetivar a negativação do seu nome perante os órgãos de proteção ao crédito, já que o não pagamento por inteiro do débito do cartão autoriza que o banco tome essa medida.



240  
✓

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete do Desembargador Alfredo Sérgio Magalhães Jambo*

---

5-O banco também interpôs recurso de apelação afirmando que o contrato não pode ser rescindido, já que a dívida foi reconhecida pela sentença, de modo que o cartão de crédito deve ser mantido ativo, até que seja providenciada a efetiva liquidação do débito. Ora, não merece acolhida esta tese: o fato de ainda existirem débitos a serem quitados, não impede a rescisão do contrato. O banco pode buscar a satisfação de seu crédito através dos meios legalmente admitidos. A rescisão do contrato não importa na exoneração do cliente em relação às dívidas contraídas junto ao banco apelante.

6-Apelo do cliente parcialmente provido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos nestes autos de Apelação Cível nº **0241598-5**, tendo como apelante **JOSÉ ROBERTO DA SILVA E OUTRO** e apelada **BANCO BMG S/A E OUTRO**, acordam os Desembargadores que integram a Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, em sessão realizada no dia 21 / 03 / 2013, à unanimidade, em **DAR PROVIMENTO PARCIAL** ao recurso interposto por **JOSÉ ROBERTO DA SILVA**, tudo conforme os votos constantes nas notas taquigráficas, anexos que passam a integrar o presente julgado.

Recife, 21/03/2013

**Alfredo Sérgio Magalhães Jambo**  
**Desembargador**



228

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
*Gabinete do Desembargador Alfredo Sérgio Magalhães Jambo*

**TERCEIRA CÂMARA CÍVEL – APELAÇÃO CÍVEL N.º 0241598-5**

**APELANTE: JOSÉ ROBERTO DA SILVA E OUTRO**

**APELADO: BANCO BMG S/A E OUTRO**

**RELATOR: DESEMBARGADOR ALFREDO SÉRGIO MAGALHÃES JAMBO**

**RELATÓRIO**

José Roberto da Silva e Banco BMG S/A interpuseram Apelações Cíveis contra sentença exarada nos autos da Ação Ordinária nº 0040028-13.2010.8.17.0001, que julgou parcialmente procedente o pedido autoral apenas para rescindir o contrato firmado entre as partes.

A referida ação foi proposta por José Roberto da Silva contra o Banco BMG S/A, visando, em suma: o cancelamento do cartão de crédito BMG CARD; o cancelamento de desconto em folha de pagamento; a declaração de inexistência de saldo devedor do cartão de crédito; a repetição dos valores cobrados indevidamente a título de juros, multa e quaisquer outras cominações legais; a devolução do valor descontado; que o banco demandado se abstenha de proceder qualquer restrição referente a contrato perante o SPC e o SERASA e; condenação do réu em indenização por danos morais.

Na sentença de fls.186/191, foi julgado parcialmente procedente o pedido constante da exordial. Insurgindo-se contra o referido *decisum*, José Roberto da Silva interpôs recurso de apelação (fls.192/196) aduzindo que “adquiriu um cartão junto ao banco, sendo descontadas certas quantias em sua folha salarial cada vez que comprasse ou sacasse algum valor no aludido cartão, conforme cláusula 12 e seus itens do contrato em anexo” (fls.120).

Segundo o apelante “o cartão foi remetido aos militares por resultado do convênio celebrado entre o Estado de Pernambuco e o banco réu, no qual previa a necessidade de autorização expressa dos militares por meio de assinatura de termo, com a indicação do valor mensal a ser descontado em folha de pagamento, o que não ocorreu no caso do autor, que não assnou termo de autorização” (fls.193).

Afirma que as prestações se tornaram excessivamente onerosas, haja vista que se observou que são cobrados juros altíssimos e elevados encargos, pela administradora, ou seja, a dívida só faz aumentar mês a mês (fls.193).

Requer, ainda, a sua exoneração da obrigação de pagar os honorários advocatícios fixados na sentença, haja vista sua condição de miserabilidade.

Na Apelação interposta pelo Banco BMG S/A, este argumenta que o contrato não pode ser rescindido, uma vez que “a dívida em favor do Banco Apelante foi reconhecida pela sentença ora embargada, de modo que o cartão de crédito deve ser mantido ativo, até que seja providenciada a efetiva liquidação do débito” (fls.206).

Ademais, destaca que “partindo do princípio de que o contrato em comento foi firmado dentro das normas da lei, com a manifestação livre das vontades das partes, as suas



229

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete do Desembargador Alfredo Sérgio Magalhães Jambo*

---

cláusulas contratuais não podem ser alteradas, judicialmente, a não ser por motivo relevante, a autorizar a intervenção" (fls. 206).

Consoante a certidão de fls.212, as partes não apresentaram contra-razões aos recursos de apelação interpostos.

Em seguida, foram os autos remetidos a esta Egrégia Corte.

É o que cumpre relatar.

À Revisão.

Recife, 23/04/2012

  
**Alfredo Sérgio Magalhães Jambo**  
**Desembargador**



236  
✓

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete do Desembargador Alfredo Sérgio Magalhães Jambo*

**TERCEIRA CÂMARA CÍVEL – APELAÇÃO CÍVEL N.º 0241598-5**

**APELANTE:** JOSÉ ROBERTO DA SILVA E OUTRO

**APELADO:** BANCO BMG S/A E OUTRO

**RELATOR:** DESEMBARGADOR ALFREDO SÉRGIO MAGALHÃES JAMBO

**VOTO**

Insurgindo-se contra sentença exarada nos autos da Ação Ordinária nº 0040028-13.2010.8.17.0001, na qual foi julgado parcialmente procedente o pedido constante da vestibular, José Roberto da Silva e Banco BMG S/A interpuseram os presentes recursos de apelação.

Pois bem, destacamos, inicialmente, que o desconto em folha de pagamento sem a anuência expressa e por escrito do usuário do cartão de banco é ilícita.

Entende a jurisprudência que o desconto em folha de pagamentos é sim possível, desde que respeitados os limites legais e que haja previsão contratual para tanto.

Compulsando os autos, verifica-se que não há prova de existência de um contrato assinado entre as partes, o qual contenha a permissão do autor, ora apelado, para que se proceda ao desconto em folha de vencimentos para pagamento da dívida contraída junto ao banco.

O Decreto nº 26.330, de 27 de janeiro de 2004, que dispõe sobre averbação de consignações em folha de pagamento, no âmbito do Poder Executivo do estado de Pernambuco, leciona:

*Art. 3º. Para fins deste Decreto, consideram-se:*

*(...)IV - consignados: militares, servidores, empregados, ativos e inativos, reformados e pensionistas do Poder Executivo Estadual;*

*Art. 13. As consignações serão averbadas mediante solicitação do consignado, observados os seguintes procedimentos: acesso ao sistema PECONSIG, que funcionará no Portal do Servidor, por meio de senha individual e intransferível; seleção da espécie de consignação desejada; preenchimento do número de parcelas a serem descontadas; seleção da entidade consignatária; e efetuação da averbação.*

Desta forma, necessário se faz a autorização expressa do servidor, para que sejam realizados os descontos em folha para o pagamento de suas dívidas. Diante da ausência de autorização expressa do servidor para a realização dos descontos, estes restam ilegais, devendo ser devolvidos com juros e correções.

O Sr. José Roberto da Silva se insurge também contra os juros cobrados pelo Banco, afirmando que são exorbitantes.



232

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete do Desembargador Alfredo Sérgio Magalhães Jambo*

Nada obstante, apenas fez ataques genéricos, sem trazer aos autos informações concretas, tais como a taxa de juros praticadas em média pelos bancos. Dessa forma, resta inviável ao julgador declarar a nulidade da cláusula contratual que fixou os juros, posto que não possui dados para a comprovação de eventual prática abusiva efetuada pelo banco, em prejuízo do cliente. Assim sendo, o autor/apelante descumpriu o disposto no inc.I, art.333, já que não provou o fato constitutivo de seu direito, em relação à questão dos juros.

Também não pode o autor esperar a declaração da inexistência de débito perante o banco, tendo em vista que, a despeito de não ter assinado contrato com a empresa, utilizou-se do cartão nas suas atividades do cotidiano: contraiu dívidas perante o banco.

Não pode agora, sob a justificativa de não ter assinado contrato, eximir-se de adimplir as obrigações que contraiu ao utilizar-se dos serviços que efetivamente recebeu, pois isso seria o mesmo que defender o enriquecimento sem causa (considerado ilícito pelo ordenamento pátrio). Nos autos não há qualquer prova de que o apelante tenha pago ao banco o valor completo das dívidas previstas nas faturas do BMG-card. Apenas foram quitados os valores debitados na folha de pagamento do recorrente.

Nesse andar, também não merece prosperar o pedido do apelante Sr. José Roberto da Silva para que a parte apelada se abstenha efetivar a negativação do seu nome perante os órgãos de proteção ao crédito, já que o não pagamento por inteiro do débito do cartão, autoriza que o banco tome essa medida. Nossa visão está em consonância com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça:

***AGRAVO REGIMENTAL - INSCRIÇÃO DO NOME DOS DEVEDORES NOS CADASTROS DE INADIMPLENTES - AFASTAMENTO - REQUISITOS - AUSÊNCIA - INSCRIÇÃO DEVIDA - DECISÃO AGRAVADA MANTIDA - IMPROVIMENTO.***

*Segundo a jurisprudência da Segunda Seção desta Corte, o impedimento de inscrição do nome dos devedores em cadastros restritivos de crédito somente é possível quando presentes, concomitantemente, três requisitos: existência de ação proposta pelo devedor contestando a existência parcial ou integral do débito, que haja efetiva demonstração de que a contestação da cobrança indevida se funda na aparência do bom direito e em jurisprudência consolidada desta Corte ou do Supremo Tribunal Federal e, por fim que, sendo a contestação de apenas parte do débito, deposite, ou preste caução idônea, ao prudente arbítrio do magistrado, o valor referente à parte tida por incontroversa. No caso dos autos, conforme se verifica da decisão de fl. 91v e do acórdão recorrido, não há a presença do terceiro requisito, devendo ser afastada a vedação de registro dos nomes dos devedores nos registros de entidades de proteção ao crédito, relativamente ao débito objeto deste feito.*

*Agravo improvido.*

*(AgRg nos EDcl no Ag 684.185/RS, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/09/2008, DJe 03/10/2008)*

O apelante requer, ainda, ser exonerado da condenação em honorários advocatícios, já que lhe foi deferido o benefício da justiça gratuita. Contudo, temos que o recorrente pode ser condenado ao pagamento dos honorários, desde que, no prazo de cinco anos, a sua



238

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete do Desembargador Alfredo Sérgio Magalhães Jambo*

---

condição financeira permita. Assim sendo, em relação aos honorários, advocatícios não deve ser alterada a sentença açoitada.

O Sr. José Roberto da Silva não confirma na apelação o pedido de indenização por danos morais, nesse andar, não deve ser debatido esse tema.

Pois bem, o Banco BMG S/A também interpôs recurso de apelação afirmando que o contrato não pode ser rescindido, já que a dívida foi reconhecida pela sentença, de modo que o cartão de crédito deve ser mantido ativo, até que seja providenciada a efetiva liquidação do débito.

Ora, não merece acolhida esta tese: o fato de ainda existirem débitos a serem quitados, não impede a rescisão do contrato. O banco pode buscar a satisfação de seu crédito através dos meios legalmente admitidos. A rescisão do contrato não importa na exoneração do Sr. José Roberto da Silva em relação às dívidas contraídas junto ao banco apelante.

Em razão do exposto, que adoto como fundamento para decidir, **VOTO pelo NÃO PROVIMENTO** do apelo interposto por Banco BMG S/A, e pelo **PROVIMENTO PARCIAL** do apelo interposto por José Roberto da Silva, apenas para condenar o banco a restituir os valores que foram descontados na folha de pagamento do autor/apelante.

É como voto.

Recife, 21/03/2013

**Alfredo Sérgio Magalhães Jambo**  
**Desembargador**



**PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO**  
**Tribunal de Justiça**  
**Gabinete Des. Sílvio de Arruda Beltrão**

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 241598-5**

**APELANTE: JOSÉ ROBERTO DA SILVA E OUTRO**

**APELADO: BANCO BMG S/A E OUTRO**

**RELATOR: DES. ALFREDO SÉRGIO MAGALHÃES JAMBO**

**REVISOR: DES. SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO**

**Terceira Câmara Cível**

**VOTO:**

Acompanho o voto do Desembargador Relator, face os precedentes do STJ ( AgRg ma MC 10779/DF e Resp 842349/RS) e deste Tribunal de Justiça ( Agravo nº 259431-0/01), que exigem a autorização expressa do servidor para que sejam descontados em folha os débitos de consignado ou mesmo de cartão de crédito.

Pelo exposto, **nego provimento ao recurso de apelação interposto pelo Banco BMG e dou provimento parcial ao recurso interposto por José Roberto da Silva**, para que lhe seja restituído os valores descontados em folha de pagamento sem a sua autorização, devendo o banco buscar a satisfação do seu crédito através de vias, legalmente admitidas.

Recife,

**Des. Sílvio de Arruda Beltrão**  
Relator